

GOIÁS COMO PROTAGONISTA: INOVAÇÃO NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Goiás as a protagonist: innovation in educational policies

Maria Zilda Vaz¹ 

¹Mestranda no Programa de Pós-graduação em Gestão, Educação e Tecnologias/PPGET – Universidade Estadual de Goiás. Especialista em Educação Inclusiva e Orientação Educacional; Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Tocantins (UFT) (2005); Analista de Políticas de Assistência

Social – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de Goiás e Professora, – Secretaria de Estado de Educação de Goiás. E-mail: mariazildavaz@gmail.com

Revista Educação em Contexto

Secretaria de Estado da Educação
de Goiás - SEDUC-GO

ISSN 2764-8982

Periodicidade: Semestral.

v. 4 n. 1, 2025.

educacaoemcontexto@seduc.go.gov.br

Recebido em: 05/05/2025

Aprovado em: 17/06/2025

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.15723370>

Resumo

O presente estudo examina as transformações na gestão educacional brasileira contemporânea, com ênfase no Estado de Goiás, destacando os desafios e as inovações decorrentes da implementação de políticas orientadas por resultados. A pesquisa, de natureza bibliográfica, fundamenta-se na análise de livros, artigos científicos e documentos oficiais. O objetivo central é analisar as políticas públicas implementadas na gestão educacional que promovem resultados eficientes e favorecem o desenvolvimento integral dos estudantes no estado de Goiás. O estudo também investiga os impactos dessas políticas nas desigualdades educacionais, com atenção às iniciativas voltadas para a inclusão digital e o ensino em tempo integral. Conclui-se que a gestão por resultados tem gerado avanços significativos em eficiência, comprovada em indicadores educacionais, como o IDEB. Esses progressos ressaltam a importância de adotar estratégias que valorizem as inovações tecnológicas, a diversidade cultural, a equidade e o desenvolvimento crítico dos alunos.

Palavras - chave: Educação em Goiás. Gestão educacional. Gestão por resultado. Inovação educacional.

Abstract

The present study examines the transformations in contemporary Brazilian educational management, with an emphasis on the State of Goiás, highlighting the challenges and innovations arising from the implementation of results-oriented policies. The research, of a bibliographic nature, is based on the analysis of books, scientific articles and official documents. The central objective is to analyze public policies implemented in educational management that promote efficient results and favor the integral development of students in the state of Goiás. The study also investigates the impacts of these policies on educational inequalities, with attention to initiatives aimed at digital inclusion and full-time education. It is concluded that management by results has generated significant advances in efficiency, proven in educational indicators, such as IDEB. These advances highlight the importance of adopting strategies that value technological innovations, cultural diversity, equity and the critical development of students. approaches that value cultural diversity and critical student development, balancing efficiency with inclusion and citizenship.

Keywords: Education in Goiás. Educational management. Management by results. Educational innovation.

INTRODUÇÃO

A gestão educacional no Brasil tem sido historicamente marcada por **conquistas** significativas, mas também por **desafios** persistentes. A partir das lutas pelo acesso universal à educação, com a criação do ensino público, gratuito e laico, o país alcançou avanços fundamentais que moldaram o atual sistema educacional (Jesus, 2021). Entretanto, essas conquistas, embora essenciais, não resolveram completamente as desigualdades e dificuldades que ainda permeiam o setor. Com a inserção de novas políticas públicas, o Poder Público busca responder a essas questões, refletindo decisões que visam atender às demandas sociais e culturais, além de fomentar uma educação mais inclusiva e adaptada ao século XXI.

Entende-se que esse contexto é especialmente desafiador em um cenário onde as mudanças tecnológicas e sociais ocorrem de maneira acelerada, impondo novas exigências ao sistema educacional. A necessidade de adaptação a essa dinâmica de transformação tem levado à implementação de políticas orientadas por princípios da Nova Gestão Pública (NGP), focada na eficiência e na busca por resultados. A partir da década de 1990, o Brasil integrou esses princípios em sua política educacional, o que trouxe novas demandas para a gestão escolar e transformou o papel dos gestores e das instituições de ensino em vários estados, incluindo Goiás, onde se destaca o Pacto Pela Educação, conforme apontam Libâneo (2016) e Lombardi (2007).

As políticas educacionais atuais refletem uma diversidade de orientações, entre as quais se destacam a atenção à pobreza, promovida por organismos multilaterais como o Banco Mundial, e a valorização da diversidade social e cultural. No entanto, observa-se que o Estado tende a priorizar políticas voltadas para o alívio imediato de situações críticas, como a redução da pobreza, limitando o investi-

mento em reformas mais profundas que busquem a qualidade e o desenvolvimento sustentável a longo prazo, de acordo com Lombardi (2007). Esse enfoque torna-se um desafio ao tratar da formação de cidadãos críticos, demandando um equilíbrio entre o pragmatismo da NGP e a necessidade de uma educação inclusiva e democrática.

A gestão educacional enfrenta hoje a necessidade urgente de equilibrar demandas por eficiência administrativa com a formação integral e crítica dos estudantes. As rápidas transformações tecnológicas e sociais desafiam os gestores escolares a inovar, buscando estratégias que respondam às exigências contemporâneas. Nesse cenário, o estudo é relevante porque analisa como a NGP, com seus princípios orientados para resultados, influencia a organização das instituições de ensino, especialmente no estado de Goiás. Entender esses impactos é crucial para desenvolver práticas que integrem eficiência com inclusão social e diversidade cultural, assegurando que a educação não seja apenas um instrumento econômico, mas também um vetor de cidadania.

Assim sendo, o artigo propõe a seguinte indagação: Como as políticas educacionais baseadas nos princípios da Nova Gestão Pública têm transformado a gestão educacional no Estado de Goiás, em termos de eficiência, inovação e impacto na formação integral dos estudantes?

Diante desse cenário, o presente estudo objetiva investigar como as políticas educacionais contemporâneas, embasadas pela gestão orientada por resultados, têm transformado a gestão da educação no Brasil e, particularmente, no Estado de Goiás. A análise se concentra nos impactos dessas políticas na organização das escolas, nas práticas de gestão, que hoje enfrentam o desafio de inovar e adaptar-se em um ambiente cada vez mais orientado para re-

sultados mensuráveis. O estudo também analisa as tensões geradas por essa abordagem gerencialista e as possibilidades de conciliar eficiência administrativa com o desenvolvimento de um ambiente educativo que valorize o pensamento crítico e a diversidade cultural dos estudantes.

Para atingir esse objetivo, foi utilizada uma abordagem metodológica de natureza bibliográfica, baseada na análise de livros, artigos científicos e documentos oficiais, incluindo políticas públicas como o Pacto Pela Educação e as Escolas do Futuro. A seleção das fontes priorizou estudos que abordam diretamente os impactos da NGP na educação, bem como os desafios específicos enfrentados no estado de Goiás. Com este trabalho, espera-se contribuir para o debate sobre as novas dinâmicas de gestão educacional no Brasil, explorando as possibilidades de implementação de modelos que favoreçam a formação integral dos estudantes e respondam de maneira eficaz às exigências de um mundo em constante transformação.

Reconfigurações na gestão educacional: uma análise contemporânea

Ao relembrar a complexa transformação educacional brasileira, profundamente marcada por desigualdades e problemas estruturais, é fundamental reconhecer os avanços conquistados após muitas lutas, esforços e movimentos históricos. Ao longo desse processo, estabeleceu-se a obrigatoriedade de um ensino gratuito, sem distinção de sexos, a criação da educação pública, a ampliação do atendimento aos discentes e a laicidade do ensino, entre outras importantes transformações (Jesus, 2021). Observa-se que tais conquistas foram merecidas, contudo, não superaram ou excluem as problemáticas e as dificuldades encontradas pelos profissionais da educação atualmente.

O percurso histórico da educação no Brasil, descritos detalhadamente em uma coletânea organizada por Stephanou e Bastos (2005) demonstra que a adoção das políticas para esta área sempre se relacionou ao contexto político específico da época (Jesus, 2021). Dessa forma, as políticas públicas refletem as decisões que o Estado (Poder Público) toma em relação a algum assunto de interesse coletivo, por exemplo, a educação.

As políticas educacionais vigentes ancoram-se na Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) (Brasil, 1996) e suas alterações, e no Plano Nacional de Educação (2014-2024) (Brasil, 2014). Torna-se importante conhecer tais políticas e os princípios que as regem, pois são elas que, dentre outros pontos, indicam as concepções de escola e de conhecimento escolar que serão adotados; orientam a formulação dos currículos; e direcionam os objetivos e funções da escola.

Nos últimos anos, considerando-se os documentos oficiais de políticas e diretrizes para a educação, as temáticas abordadas em eventos e publicações na área e as orientações teóricas presentes nos cursos de formação de professores, é possível identificar três orientações em relação às finalidades e formas de funcionamento da escola: a orientação dos organismos multilaterais, especialmente do Banco Mundial, para políticas educativas de proteção à pobreza associadas ao currículo instrumental ou de resultados imediatistas; a orientação sociológica/intercultural de atenção à diversidade social e cultural, geralmente ligada aos estudos no campo do currículo; e a orientação dialética-crítica assentada na tradição da teoria histórico-cultural ou em versões de pedagogias sociocríticas (Libâneo, 2016).

Contudo, essas orientações revelam fragilidades e incompletudes quando observadas no contexto edu-

cacional contemporâneo. A abordagem instrumental, por exemplo, pode limitar as possibilidades de uma educação mais ampla e inclusiva, enquanto as demais perspectivas frequentemente carecem de articulação prática nas políticas educacionais vigentes. Essa ausência de integração entre os diferentes paradigmas dificulta a construção de modelos que atendam, simultaneamente, às demandas por eficiência, inclusão social e formação crítica dos estudantes.

Com base em análises das políticas educacionais, ao longo da história da educação no Brasil, é possível observar que o Poder Público tende a adotar prioritariamente a primeira orientação mencionada: políticas educativas direcionadas para o alívio da pobreza, apoiadas e financiadas por organismos multilaterais internacionais. Esse enfoque, geralmente voltado para soluções emergenciais, acaba limitando o potencial de implementação de políticas mais amplas e estruturais que promovam uma educação de qualidade e um desenvolvimento sustentável a longo prazo (Lombardi, 2007).

O contexto histórico e cultural da evolução da educação revela uma realidade de ação educadora que se mostra cada vez mais distinta. Isso se deve, principalmente, à maior autonomia que os estudantes têm para conduzir suas próprias pesquisas e acessar informações em diversos sites. Além disso, as práticas didáticas dos docentes podem ser significativamente enriquecidas por meio de uma ampla gama de recursos. No entanto, essas transformações representam grandes desafios para a gestão pedagógica, tanto do corpo docente quanto dos discentes, que precisam desenvolver respostas educacionais eficazes (Alves, 2014).

Segundo estudo de Pereira (2024), essa nova configuração do ambiente educativo, potenciada pela integração das tecnologias de informação e comunicação (TICs), proporcionou um conjunto de alterações no modelo educativo atual, nome-

adamente nas interações entre aluno, professor e conteúdo. Esse enfoque sinaliza para as exigências de inovação na gestão escolar e torna-se ainda mais evidente diante das crescentes transformações tecnológicas e sociais que impactam o setor educacional. As escolas, enquanto instituições que formam os cidadãos do futuro, precisam estar à frente das referidas mudanças, necessitando adaptar-se às atuais demandas e aos desafios.

Além disso, o uso de sistemas informatizados de gestão, que monitoram em tempo real o desempenho das escolas e distribuem recursos de forma mais eficiente, tem permitido uma alocação mais estratégica dos recursos públicos (Pereira, 2024). Segundo Barros et al. (2021), a eficiência é alcançada quando as instituições maximizam resultados educacionais com os mesmos recursos financeiros, um objetivo central nas reformas educacionais contemporâneas.

Segundo Garay (2011), gestão é o processo de dirigir a organização e, a partir daí, tomar decisões levando em consideração as demandas do ambiente e os recursos disponíveis. O autor explica ainda que a gestão está relacionada ao chamado processo administrativo, definido por Fayol, em 1916, como o ato de planejar, organizar, dirigir e controlar os recursos da empresa, para que os objetivos sejam alcançados.

De acordo com Marques (2020), embora com formatos diferenciados, a NGP vem se consolidando em vários países, como uma alternativa eficiente na busca por qualidade da educação. No Brasil não tem sido diferente do que acontece nos demais países. Várias experiências vêm sendo implantadas nas diferentes redes educacionais.

Segundo Verger (2015), nos últimos anos, a NGP vem penetrando com força a agenda educativa global, tanto em países industrializados como em via de desenvolvimento. Os primeiros registros da NGP na edu-

cação são da década de 1980, na reforma educacional britânica, que teve repercussões diretas na gestão das escolas. A sua disseminação em âmbito internacional se deu a partir dos anos 1990. (Marques, 2020, p. 3).

Para tanto, os princípios da NGP transpostos à educação se cristalizam em um amplo leque de políticas, sistematizados por Verger e Normand (2015) e citado por Marques (2020), conforme Quadro 1.

Quadro 1 - Princípios da NGP e política educacional

PRINCÍPIOS NPG	POLÍTICAS EDUCACIONAIS
Gestão profissional dos serviços públicos	- Profissionalização e empoderamento dos gestores escolares
Normas e medidas de desempenho mais explícitas	- Definição de indicadores de qualidade e de benchmarks sobre êxito educativo - Padrões curriculares comuns
Ênfase no controle dos resultados	- Avaliação externas dos resultados e do rendimento escolar
Desagregar o setor público em pequenas unidades de gestão	- Autonomia escolar, <i>school-based management</i>
Maior competição no setor público	- Subsídios públicos para as escolas privadas - Financiamento per capita - Publicação dos resultados obtidos pelas escolas em testes estandardizados
Adotar o estilo gerencial do setor privado	- Flexibilização de contratação e dispensa pela escola - Estilo gerencial para direção das escolas
Restrição no uso de recursos públicos	- Financiamento das escolas com base nos resultados - Remuneração dos docentes com base em critérios de mérito e produtividade

Fonte: Verger e Normand (2015, p. 602 *apud* Marques, 2020, p. 6).

Para tanto, parafraseando Marques (2020), a Nova Gestão Pública tem transformado profundamente a concepção da gestão em instituições educativas, introduzindo novos paradigmas que moldam a forma como essas instituições são administradas. Princípios como a autonomia das escolas, a responsabilização por resultados e a gestão orientada por metas e eficiência passaram a desempenhar papéis centrais na regulação, provisão e financiamento da educação pública. Esses conceitos impulsionam um modelo de governança educacional mais descentralizado e com foco em resultados mensuráveis, o que, em teoria, deveria melhorar a qualidade e a eficiência do ensino. No entanto, é importante destacar que a NGP não pode ser vista como um modelo único e uniforme de reforma educacional. Ela apresenta grande variação entre diferentes países, que adaptam suas práticas de gestão e formulação de políticas educacionais de acordo com suas reali-

dades políticas, sociais e econômicas. Assim, observa-se uma diversidade de abordagens e desenhos de políticas educacionais, cada um refletindo características regionais, o que faz com que a implementação da NGP produza resultados bastante variados ao redor do mundo.

De acordo com Paes de Paula (2005), estabeleceu-se um conjunto de medidas organizativas e administrativas que conferiram características à Nova Gestão Pública. Entre essas medidas, destacam-se a descentralização do aparelho de Estado, que separou as atividades de planejamento e execução do governo, transformando as políticas públicas em monopólios dos ministérios. Além disso, houve a privatização das estatais e a terceirização de setores públicos. A regulação estatal das atividades públicas conduzidas pelo setor privado também se tornou uma prática comum, assim como a adoção de ideias e ferramentas gerenciais oriundas do setor

privado. Essa abordagem reflete uma nova forma de administrar os recursos e serviços públicos, buscando maior eficiência e eficácia na gestão

Em face desses apontamentos, na NGP, foram difundidas ideias como a superioridade do setor privado em relação ao setor público; a proposição de soluções técnicas e práticas administrativas formuladas no mundo empresarial aplicadas em instituições públicas; o ideal da produtividade; a pressão pela eficiência; a busca pela excelência por meio da regulação e do controle e, ainda, a crença em tecnologias gerenciais que permitiriam as atividades organizadas (Anderson, 2017).

Para Silva e Carvalho (2014), a NGP estabelece que os serviços públicos, ao serem delegados a setores privados, proporcionariam um aumento de eficiência, resultados mais satisfatórios e maior qualidade. Essa transferência de responsabilidades ao setor privado implica na necessidade de criação de mecanismos de regulação por parte do Estado para assegurar a qualidade e o atendimento aos objetivos públicos.

Em síntese, a NGP propõe uma organização estatal orientada por resultados, com foco na eficiência, qualidade e eficácia dos serviços, promovendo uma gestão descentralizada e competitiva, com objetivos de produtividade bem definidos e respaldada por um sistema de controle social. Nesse cenário, as agências reguladoras se tornaram fundamentais, desempenhando a função de monitoramento e controle sobre os serviços prestados pelo setor privado em nome do interesse público. Essa configuração reforça a importância de uma regulação eficaz para manter a prestação de serviços alinhada aos objetivos sociais e garantir que as metas de produtividade e eficiência sejam cumpridas de forma satisfatória (Silva; Carvalho, 2014).

A Nova Gestão Pública trouxe avanços importantes na eficiência administrativa e no alcance de resultados, mas ainda é insuficiente quando se trata

da formação completa dos estudantes. Ao priorizar metas e indicadores quantitativos, muitas vezes falta espaço para práticas pedagógicas que estimulem o pensamento crítico, a valorização da diversidade cultural e a construção de uma cidadania plena. Como aponta Libâneo (2016), esse foco excessivo em números pode reduzir a educação a um meio econômico, deixando de lado seu papel essencial na preparação de cidadãos conscientes e participativos. Por isso, é crucial que a gestão educacional consiga equilibrar a busca por eficiência com um projeto pedagógico mais amplo, capaz de desenvolver tanto competências técnicas quanto valores éticos e sociais, indispensáveis para uma convivência democrática e uma sociedade mais sustentável.

Integração entre gestão e política educacional em goiás

Com o avanço da internacionalização das políticas, impulsionado pela Globalização, reformas educativas foram implementadas na Europa, nos Estados Unidos e em países da América Latina, buscando adequar a educação aos princípios neoliberais. No Brasil, esse movimento de reformas ganhou destaque a partir do período pós-1990, especialmente com a implementação do Plano Nacional de Educação em 1993. Desde então, essas diretrizes foram incorporadas aos documentos oficiais do Ministério da Educação e gradualmente difundidas para os estados brasileiros (Milagre, 2017).

Conforme estudo de Pessoni (2017), no contexto das transformações sociais e econômicas, a Secretaria de Educação do Estado de Goiás lançou em setembro de 2011 o documento Pacto Pela Educação. Apresentado como uma ampla reforma no ensino público do Estado que ganhou destaque midiático por inaugurar uma nova fase na educação goiana. Das ações reformistas do Pacto pela Educação

emergem metas e iniciativas que perpassam as finalidades educativas escolares, a concepção de currículo, o processo de ensino aprendizagem, a gestão escolar, a avaliação, as formas de responsabilização, bem como definem as formas de funcionamento do sistema educacional e das escolas.

A autora explica que o estudo do Pacto Pela Educação tem suscitado crescentes debates com objetivo

de analisar, desvendar e explicar as determinações sociais, históricas, econômicas e culturais em que as políticas são produzidas e como estas transformam as formas de pensar e agir da sociedade. Através de um levantamento de trabalhos acadêmicos sobre a reforma educativa do Estado no período entre 2013-2016 em Goiás, algumas pesquisas foram localizadas, conforme Quadro 2.

Quadro 2 - Descrição de estudos sobre o Pacto pela Educação

Estudo	Descrição detalhada
O trabalhador da educação e a acumulação flexível do capital: um estudo do posicionamento do Sintego frente à política educacional de Goiás Dissertação de Araújo Júnior (2013)	Este estudo analisa a implantação da reforma educacional conhecida como Pacto pela Educação e o papel desempenhado pelo sindicato dos professores durante este processo. A pesquisa foca nos desafios enfrentados e nas reações do sindicato, contribuindo para a compreensão do papel das organizações trabalhistas no contexto de reformas educacionais.
O processo de implementação das políticas educacionais e repercussões nas formas de gestão da escola e no processo de ensino-aprendizagem: o pacto pela educação em Goiás Tese de Silva (2014)	Focaliza o processo de implantação do Pacto pela Educação no estado de Goiás, destacando os impactos na gestão escolar e no processo de ensino-aprendizagem. A pesquisa examina como as mudanças administrativas influenciaram as práticas educacionais e o desempenho das escolas.
A formação continuada dos diretores escolares da rede estadual de educação em Goiás Dissertação de Rocha (2015)	Aborda o tema da formação continuada dos diretores escolares da rede estadual de educação em Goiás, examinando a implementação das políticas públicas nesse contexto. A dissertação destaca a importância da capacitação dos gestores para o sucesso das reformas educacionais.
Concepções e práticas de avaliação vigentes em escolas públicas: a influência das políticas educacionais no trabalho dos professores Dissertação de Fernandes (2015)	Estudo que investiga as concepções e práticas de avaliação predominantes nas escolas públicas, bem como a influência das políticas educacionais sobre o trabalho dos professores. Analisa o papel da avaliação como ferramenta para melhoria do ensino e como elemento de pressão sobre os docentes.
O Sistema de bônus/prêmio na reforma Pacto pela Educação (SEDUC/GOIÁS 2011-2014) Dissertação de Moura (2016)	Examina a institucionalização do Sistema de bônus/prêmio no âmbito da reforma Pacto pela Educação (Seduc/Goiás 2011-2014). O estudo detalha os objetivos, desafios e resultados dessa política de incentivo, avaliando seu impacto na motivação e no desempenho dos profissionais da educação.

Fonte: elaborado pela autora.

Esses estudos contribuíram para evidenciar os vínculos entre as políticas promovidas por organismos internacionais e as políticas educacionais do Estado de Goiás, além de mostrar como essas reformas impactam o trabalho das escolas e o cotidiano em sala de aula. Ainda a mesma autora, explica que a partir das parcerias apresentadas pelo Governo do Estado, constata-se que as concepções de educação se vinculam ao desenvolvimento e crescimento econômico

baseados nos princípios da qualidade, produtividade e competitividade.

No contexto educacional de Goiás, destaca-se a implementação do “Pacto pela Educação” (Silva, 2014), uma iniciativa que visa aprimorar os índices educacionais, como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Essa política, alinhada aos princípios da NGP, enfatiza eficiência, resultados mensuráveis e accountability na administração educacional (Silva, 2014).

Quadro 3 - Integração entre Política e Gestão Educacional em Goiás

	PROGRAMAS VIGENTES	OBJETIVOS DO PACTO PELA EDUCAÇÃO
EXPANSÃO DA JORNADA ESCOLAR	Educação em Tempo Integral, Cepis.	Ampliar o tempo de permanência dos estudantes na escola, promover o desenvolvimento integral e oferecer atividades complementares.
MELHORIA DA INFRAESTRUTURA ESCOLAR	Programa Goiás Mais Escolas, Programa de Modernização das Escolas Estaduais, Programa de Equipamento das Escolas, Criação de Centros de Mídias Educacionais.	Ampliar o acesso à educação, modernizar as escolas.
QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	Programa de Formação em Novas Metodologias, Plataforma digital de cursos online, Plano de Carreira do Magistério.	Elevar os índices de aprendizagem, valorizar os profissionais da educação.
INOVAÇÃO E TECNOLOGIA	Programa Escola Conectada, Distribuição de tablets e notebooks, Plataforma digital de cursos online, Criação de Centros de Mídias Educacionais.	Elevar os índices de aprendizagem, modernizar as escolas.
GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPAÇÃO	Conselhos Escolares, Grêmios Estudantis, Gestão democrática das escolas	Ampliar a participação da comunidade escolar
INCLUSÃO E EQUIDADE	Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Merenda Escolar, Compra de alimentos da agricultura familiar, Programa de Transporte Escolar, Aquisição de novos ônibus, Manutenção da frota, Distribuição de uniformes escolares, Parcerias com empresas para produção de uniformes, Programa de Incentivo à Excelência Acadêmica, Bolsas para alunos em olimpíadas científicas, Programa Universidade para Todos (UFT), Núcleos de Pesquisa nas Escolas, Programa Brasil Alfabetizado, Educação de Jovens e Adultos (EJA), Atendimento Educacional Especializado (AEE), Salas de Recursos Multifuncionais.	Garantir a segurança alimentar e nutricional, contribuir para o desenvolvimento físico e cognitivo dos alunos, ampliar o acesso à educação, especialmente para alunos da zona rural, promover a igualdade e a identidade escolar, reduzir custos para as famílias, elevar os índices de aprendizagem, promover a inclusão.
CURRÍCULO E APRENDIZAGEM	Base Nacional Comum Curricular (BNCC) adaptada, Currículos por área do conhecimento, Programa Mais Educação, Aulas de reforço escolar, Programa Leitura em Foco, Olimpíada de Língua Portuguesa	Elevar os índices de aprendizagem, modernizar as escolas.

Fonte: elaborado pela autora.

É possível observar no quadro acima que o Pacto Pela Educação em Goiás apresenta uma abordagem abrangente para melhorar a qualidade educacional, destacando programas que visam a expansão da jornada escolar, a modernização da infraestrutura, a qualificação profissional dos educadores e a promoção da inclusão e equidade. A ampliação do tempo de permanência dos alunos na escola, juntamente com iniciativas que garantem segurança alimentar

e acesso à tecnologia, são fundamentais para o desenvolvimento integral dos estudantes. Além disso, a gestão democrática e a adaptação do currículo às necessidades locais buscam envolver a comunidade escolar e elevar os índices de aprendizagem. Essa combinação de ações é promissora para enfrentar os desafios educacionais contemporâneos e garantir uma formação mais completa e igualitária para todos os alunos.

Conforme Pessoni (2017), e Libâneo (2011), o Pacto Pela Educação do governo de Goiás reflete uma clara orientação neoliberal, fundamentada em uma visão economicista da educação. Nesse contexto, as diretrizes estabelecidas reproduzem uma política voltada para resultados, visando a melhoria dos indicadores quantitativos de eficiência do sistema escolar. Essa abordagem alinha-se a uma lógica que privilegia a produtividade e o desempenho mensurável. Essa abordagem, semelhante a reformas educativas realizadas em Estados como Minas Gerais e São Paulo nas últimas décadas, além de iniciativas em países da América Latina, como o Chile, combinam a exigência de qualidade educacional com a eficiência econômica, adotando padrões de gestão empresarial. Nesse modelo, os resultados educacionais passam a ser formulados de maneira pragmática e instrumental, reforçando uma visão que coloca a educação a serviço de metas quantitativas e do desempenho econômico (Pessoni, 2017).

É notório que as políticas educacionais inovadoras no Estado de Goiás têm se destacado por sua abrangência e inovação, refletindo positivamente nos indicadores educacionais. Marques (2020) realizou um estudo comparativo entre Goiás e Pernambuco, estados que se sobressaem em avaliações de larga escala. Ao analisar as políticas educacionais adotadas e suas repercussões nas escolas, o autor destaca que as políticas educativas globais, como as que conformam a doutrina da NGP, são realizadas reinterpretadas e modificadas pelos formuladores de políticas locais e pelos profissionais que as implementam, incluindo professores, gestores e funcionários escolares. Uma iniciativa relevante no cenário educacional goiano é a criação das Escolas do Futuro do Estado de Goiás (EFGs), previstas pela Lei nº 20.976/2021 (Goiás, 2021a). As EFGs oferecem educação gratuita e de qualidade para jovens do ensino médio, superior e para aqueles que bus-

cam recolocação profissional ou desejam empreender. Operacionalizadas pela Universidade Federal de Goiás (UFG) em parceria com a Fundação de Apoio à Pesquisa (Funape), as EFGs têm como objetivos elevar o nível educacional, científico e tecnológico no Estado, preparar cidadãos para profissões do futuro, aumentar a empregabilidade e o empreendedorismo além de reduzir desigualdades sociais e atender às demandas de inovação tecnológica do setor produtivo.

Outra política significativa é a Meta 3 do Plano Estadual de Educação de Goiás (PEE) 2015-2025 (Goiás, 2015), que propõe ampliar a oferta de educação em tempo integral em 50% das escolas da rede pública, atendendo gradativamente a 25% das matrículas até o final da vigência do plano. Essa iniciativa busca proporcionar uma formação mais abrangente aos estudantes, integrando atividades pedagógicas, culturais e esportivas, promovendo o desenvolvimento integral do aluno. A implementação da educação em tempo integral é considerada uma estratégia eficaz para a melhoria da qualidade educacional, pois oferece um ambiente propício ao aprendizado e à redução das desigualdades sociais. Conforme destacado por Cardoso e Oliveira (2020), a efetividade da educação em tempo integral está intrinsecamente ligada à qualidade das práticas pedagógicas e à articulação com a comunidade escolar.

Além disso, o Estado de Goiás implementou o Programa Bolsa Estudo, instituído pela Lei nº 21.162, de 16 de novembro de 2021 (Goiás, 2021b), com o objetivo de estimular a aprendizagem e a permanência dos estudantes do ensino médio na rede pública estadual. O programa consiste na transferência de renda aos beneficiários, inicialmente estabelecido em até R\$ 100,00 mensais, posteriormente reajustado para R\$ 111,92 mensais, conforme o Decreto nº 10.122, de 28 de julho de 2022 (Goiás, 2022b). Para receber o benefício,

os alunos devem atender a critérios específicos, como frequência mínima de 75% em todas as disciplinas e nota mínima adequada para aprovação, conforme regulamentado pelo Decreto nº 10.023, de 12 de janeiro de 2022 (Goiás, 2022a).

Vale ressaltar que os benefícios direcionados aos alunos em Goiás, como as bolsas de estudo, visam promover a igualdade e a equidade no acesso à educação, reduzindo as disparidades entre estudantes de diferentes contextos socioeconômicos. Essas iniciativas não apenas garantem oportunidades iguais para o desenvolvimento acadêmico e pessoal, mas também contribuem para a redução dos custos familiares, aliviando a carga financeira sobre as famílias. Ao facilitar o acesso a recursos educacionais, o Estado cria um ambiente mais inclusivo, onde cada aluno pode usufruir de uma formação de qualidade, fortalecer sua identidade e autoestima, e, assim, contribuir de maneira significativa para a sociedade.

Além disso, em 2021, foram entregues 60 mil *Chromebooks* aos estudantes da 3ª série do ensino médio da rede estadual, com investimento de R\$ 144 milhões, proporcionando condições de conectividade aos alunos no regime híbrido de ensino. Em 2022, a iniciativa foi ampliada, com a distribuição de materiais escolares aos estudantes do ensino fundamental e médio, totalizando investimentos superiores a R\$ 329,1 milhões. Essas ações visam promover a inclusão digital e maior equidade no acesso à educação.

As políticas públicas de ruptura no Estado de Goiás demonstraram resultados positivos na qualidade educacional, inclusão social e preparação dos estudantes para os desafios futuros. Esses resultados podem ser observados nas avaliações de larga escala, como o Ideb, nas quais o estado de Goiás apresentou consistentemente índices superiores à média nacional em diversas etapas de ensino. A ampliação da educação em tempo integral e o fortalecimento da inclusão digital têm contribuído significativa-

mente para esses avanços, consolidando Goiás como uma referência nacional em qualidade educacional.

Resultados do Ideb de Goiás

O IDEB foi criado em 2007 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) com o objetivo principal de avaliar a qualidade do ensino no Brasil e estabelecer metas para sua melhoria. O IDEB é calculado a cada dois anos e combina os resultados de desempenho dos alunos nas avaliações do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) com as taxas de aprovação e de evasão escolar, coletadas pelo Censo Escolar (Pagnan, 2016).

Alguns estados brasileiros são reconhecidos pela qualidade de sua educação, e Goiás se destaca com uma das melhores pontuações no Ideb. Os Centros de Ensino em Período Integral (Cepis) mostram desempenho superior em comparação às escolas regulares, de acordo com dados da Secretaria de Estado da Educação (Goiás, 2024a). Os Cepis foram estabelecidos com o propósito de promover a formação integral dos estudantes, abrangendo as dimensões intelectual, social e cultural, além de fomentar o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, aproveitando todos os tempos e espaços da escola.

O Estado de Goiás passou a oferecer muitas propostas sobre educação em tempo integral para estudantes do Ensino Fundamental e Médio. Além desses modelos, Goiás também aderiu ao Programa Mais Educação, do Ministério da Educação, iniciando suas atividades em 2009.

Como resultado, Goiás alcançou um dos melhores desempenhos educacionais do Brasil no IDEB nos últimos anos. O Estado se destacou apresentando índices acima da média nacional em várias etapas de ensino, como o Ensino Fundamental e Médio. Essa melhoria no IDEB tem sido vista como um reflexo das políticas implementadas pelo Pacto

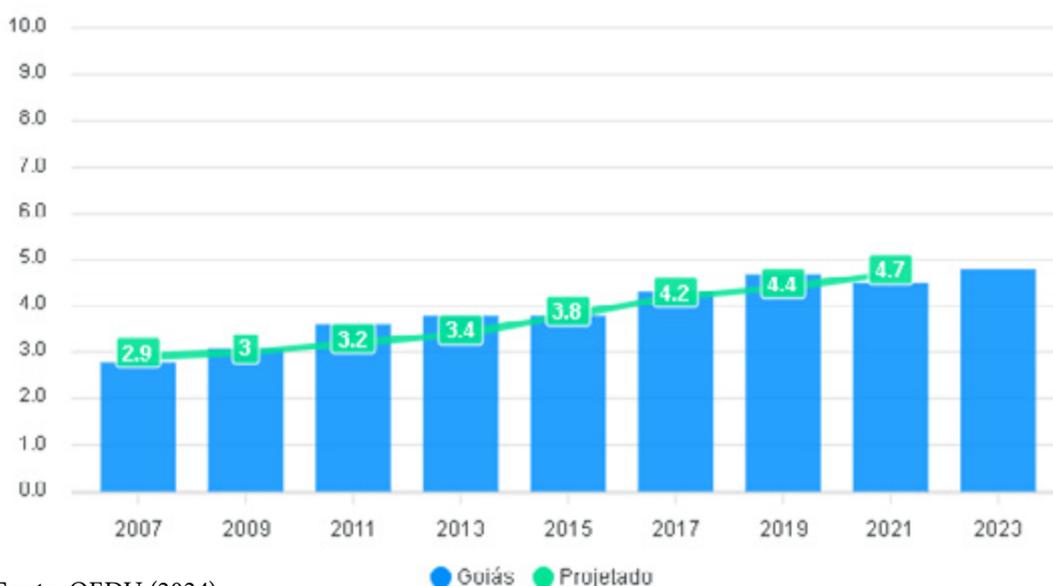
Pela Educação e os Centros de Ensino em Período Integral (Cepis), conforme ilustrado no primeiro gráfico abaixo.

No ano de 2023, Goiás alcançou o primeiro lugar no Ideb, referente ao ensino médio. Além disso, segundo o Governo do Estado de Goiás (2024b) a

rede estadual de educação superou a meta estabelecida para essa etapa, que era de 4,7. Esses esforços refletem a prioridade dada à educação e reforçam a importância do Ideb como ferramenta de monitoramento e aprimoramento contínuo da qualidade educacional em Goiás.

Figura 1. Evolução do Ideb

Evolução do Ideb



Fonte: QEDU (2024).

O último gráfico mostra como o Ideb no estado de Goiás evoluiu entre 2007 e 2023, comparando os resultados alcançados com as metas projetadas para o período. Durante esses anos, o desempenho educacional apresentou um crescimento constante, passando de 2,9 em 2007 para 4,7 em 2021 e 4,8 em 2023. Esse progresso reflete o empenho contínuo em melhorar a qualidade da educação básica no estado.

Desde 2007, os resultados do IDEB em Goiás têm acompanhado as metas estabelecidas, superando-as em alguns momentos. Um exemplo é o ano de 2019, quando a meta projetada de 4,4 foi atingida. Esse desempenho evidencia um planejamento eficiente e políticas públicas bem executadas. Nos anos mais

recentes, o índice parecia estabilizado em 4,7, mas o último levantamento trouxe uma nova marca: 4,8 em 2023. Esse avanço demonstra como Goiás tem conseguido manter um padrão elevado de qualidade.

Esses indicadores refletem uma reforma educacional robusta que alia planejamento estratégico à distribuição equitativa de recursos públicos. Em consonância com os princípios da Constituição Federal (art. 205 e 206) e da LDBEN (Lei nº 9.394/1996), que asseguram a educação como direito social e dever do Estado, o governo goiano tem promovido políticas estruturantes voltadas à qualidade, equidade e permanência. O conjunto de programas vigentes, como o **Educação em Tempo Integral, Pro-**

grama Goiás Mais Escolas, Modernização das Escolas Estaduais, Escola Conectada e Plataformas Digitais de Formação, revela uma reestruturação do sistema público baseada em inovação curricular, acesso à tecnologia e qualificação docente, com investimentos que contemplam infraestrutura, conectividade, alimentação, transporte e incentivo ao protagonismo estudantil.

Além disso, iniciativas como os **Conselhos Escolares, Grêmios Estudantis, Plano de Carreira do Magistério, Programa de Incentivo à Excelência Acadêmica, Distribuição de uniformes e equipamentos**, e a criação de **Centros de Mídias Educacionais** demonstram o compromisso do Estado com a gestão democrática, a valorização dos profissionais e a justiça social. A destinação de verbas públicas para esses projetos evidencia não apenas uma resposta às exigências legais, mas uma política educacional que busca garantir condições reais de aprendizagem, reduzir desigualdades e preparar os jovens para os desafios contemporâneos.

Esse crescimento constante no Ideb é resultado de políticas públicas voltadas para a educação, como a ampliação das escolas de tempo integral e o fortalecimento da gestão escolar. Essas iniciativas têm criado um ambiente educacional mais inclusivo, justo e eficiente. Goiás, assim, consolida sua posição de destaque no cenário educacional brasileiro, demonstrando que é possível alinhar práticas inovadoras às metas nacionais, promovendo uma educação de qualidade e melhorias contínuas no ensino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo sobre as transformações na gestão educacional contemporânea promoveu uma análise abrangente das mudanças e dos desafios enfrentados pela educação pública brasileira, com ênfase nas políticas implementadas pelo Estado de

Goiás. Em um cenário marcado por intensas mudanças sociais, econômicas e tecnológicas, a educação básica precisa ser continuamente reestruturada, tanto em seus fundamentos legais quanto nas práticas pedagógicas e de gestão. Nesse contexto, as políticas públicas educacionais precisam ir além da simples resposta a indicadores, devendo materializar os direitos garantidos na Constituição Federal de 1988 e na LDBEN nº 9.394/1996, especialmente no que se refere ao direito à qualidade, à equidade e à gestão democrática da educação.

Em Goiás, a adoção de modelos gerenciais e a institucionalização de programas estratégicos contribuíram para a consolidação de um sistema educacional mais eficiente, com metas claras e mecanismos de responsabilização. O avanço consistente nos indicadores do IDEB, que atingiu 4,8 em 2023, demonstra o impacto de políticas públicas articuladas, como o **Pacto Pela Educação** e o **Programa Goiás Mais Escolas**, que aliam planejamento, investimento e inovação pedagógica. A integração de tecnologias educacionais, por meio de plataformas digitais, centros de mídias e distribuição de tablets, somada à formação continuada de professores e à valorização da carreira docente, evidencia uma reforma educacional profunda, centrada na melhoria da aprendizagem e na permanência escolar, em especial no Ensino Médio.

Além disso, a ampla gama de programas implementados, incluindo o **Educação em Tempo Integral**, o **Plano de Carreira do Magistério**, os **Conselhos Escolares**, os **Grêmios Estudantis**, o **Programa Escola Conectada** e os incentivos à excelência acadêmica, reforça o compromisso do Estado com a educação como bem público e estratégico. A destinação de recursos por meio do **ICMS Educacional** e parcerias interinstitucionais também tem potencializado a equidade na distribuição de verbas, assegurando que as escolas tenham condições reais

de funcionamento e de inovação. Tais medidas revelam um alinhamento entre as diretrizes legais e a materialização concreta de uma política educacional comprometida com a cidadania, o desenvolvimento humano e a justiça social.

Conclui-se, portanto, que a pesquisa se mostra relevante ao analisar a implementação de políticas públicas e inovações educacionais que se destacam no cenário nacional. Ao reconhecer práticas bem-sucedidas, como aquelas promovidas em Goiás, o estudo

evidencia caminhos possíveis para o aprimoramento de sistemas educacionais baseados em evidências, cooperação e comprometimento social. Para futuras investigações, recomenda-se que a análise se volte para o impacto formativo dessas políticas na vida dos estudantes, especialmente no que diz respeito ao desenvolvimento de competências socioemocionais e à formação cidadã, que são fundamentais para enfrentar os desafios de um mundo cada vez mais complexo, tecnológico e interdependente.

REFERÊNCIAS

- ALVES, R. M. Gestão educacional e novas tecnologias digitais da informação e comunicação: atualizações necessárias disponíveis para a cultura educacional. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 1366-1390, 2014. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/curriculum/article/view/20103>. Acesso em: 14 out. 2024.
- ANDERSON, G. Privatizando subjetividades: como a Nova Gestão Pública (NGP) está criando o “novo” profissional da educação. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Brasília, v. 33, n. 3, p. 593-626, 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/79297/46233>. Acesso em: 27 out. 2024.
- ARAÚJO JÚNIOR, J. F. de. **O trabalhador da educação e a acumulação flexível do capital**: um estudo do posicionamento do Sintego frente à política educacional de Goiás. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013.
- BARROS, C. C. A. et al. Precarização do Trabalho Docente: reflexões em tempos de pandemia e pós-pandemia. **Ensino em Perspectivas**, Fortaleza, v. 2, n. 2, p. 1–23, 2021. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/4975>. Acesso em: 25 nov. 2024.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, [1988].
- BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 1996.
- BRASIL. Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 jun. 2014.

CARDOSO, C. A. Q.; OLIVEIRA, N. C. M. de. Concepções de educação integral e em tempo integral no Brasil: reflexões a partir de bases teóricas e legais. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 18, n. 4, p. 2074-2094, out. 2020. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-38762020000402074&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 22 nov. 2024.

FERNANDES, S. R. **Concepções e práticas de avaliação vigentes em escolas públicas**: a influência das políticas educacionais no trabalho dos professores. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2015.

GARAY, Â. Gestão. In: CATTANI, A. D.; HOZLMANN, L. (org.). **Dicionário de trabalho e tecnologia**. 2. Ed. Porto Alegre: Zouk, 2011. p. 252.

GOIÁS (Estado). Secretaria de Estado da Educação. Plano Estadual de Educação de Goiás 2015-2025. Goiânia: SEDUC, 2015.

GOIÁS (Estado). Decreto nº 10.023, de 12 de janeiro de 2022. Regulamenta a Lei nº 21.162, de 16 de novembro de 2021, que institui o Programa Bolsa Estudo no âmbito da Secretaria de Estado da Educação. **Diário Oficial do Estado de Goiás**, Goiânia, 12 jan. 2022.

GOIÁS (Estado). Decreto nº 10.122, de 28 de julho de 2022. Reajusta o valor do Programa Bolsa Estudo. **Diário Oficial do Estado de Goiás**, Goiânia, 29 jul. 2022.

GOIÁS (Estado). Lei nº 20.976, de 30 de março de 2021. Cria e denomina como Escolas do Futuro do Estado de Goiás – EFGs e os Colégios Tecnológicos do Estado de Goiás – COTECs e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado de Goiás**, Goiânia, 30 mar. 2021.

GOIÁS (Estado). Lei nº 21.162, de 16 de novembro de 2021. Institui o Programa Bolsa Estudo no âmbito da Secretaria de Estado da Educação e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado de Goiás**, Goiânia, 17 nov. 2021.

GOIÁS (Estado). Escolas de tempo integral têm melhores resultados no IDEB, aponta estudo. Portal Secretaria de Estado da Educação, Goiás, 7 mar. 2024. Disponível em: <https://goias.gov.br/educacao/escolas-de-tempo-integral-tem-melhores-resultados-no-ideb-aponta-estudo/>. Acesso em: 27 out. 2024.

GOIÁS (Estado). Goiás alcança bons resultados no ensino fundamental, indica Ideb. **Portal da Secretaria de Estado da Casa Civil**, Goiás, 2 set. 2024. Disponível em: <https://goias.gov.br/casacivil/goias-alcanca-bons-resultados-no-ensino-fundamental-indica-ideb/>. Acesso em: 30 out. 2024.

JESUS, V. M. S. de. No chão da escola: desafios e transformações da educação brasileira e seus impactos sobre o labor educacional contemporâneo. **Anais do seminário formação docente: intersecção entre universidade e escola**, Dourados, v. 4, n. 4, p. 1-12, 2021. Disponível em: <https://anaisonline.uems.br/index.php/seminarioforma-caodocente/article/view/7453>. Acesso em: 26 out. 2024.

LIBÂNEO, J. C. **Considerações críticas sobre o documento “Diretrizes do Pacto pela Educação: reforma educacional goiana – setembro de 2011”**. Goiânia: Sintego, 2011. Disponível em: <http://sintego.org.br/midias/banners/13122013082557.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2024.

LIBÂNEO, J. C. Políticas educacionais no Brasil: desfiguramento da escola e do conhecimento escolar. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 46, n. 159, p. 38-62, jan./mar. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/ZDt-gY4GVPJ5rNYZQfWyBPPb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 nov. 2024.

LOMBARDI, J. C. A importância da abordagem histórica da gestão educacional. In:

BITTENCOURT, A. B. et al. **Estado, pensamento e criação**. 2. ed. Campinas: Unicamp, 2007. (Curso de Especialização em Gestão Educacional. v. 2. Gestores). p. 181-188.

MARQUES, L. R. Repercussões da nova gestão pública na gestão da educação: um estudo da rede estadual de goiás. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 36, e69772, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.69772>. Acesso em: 12 out. 2024.

MILAGRE, G. F. **Finalidades educativas escolares na política educacional brasileira e organismos internacionais**: a questão da qualidade de ensino. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2017.

MOURA, P. O. **O Sistema de bônus/prêmio na reforma Pacto pela Educação (SEDUC/GOIÁS 2011-2014)**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

PAES DE PAULA, A. P. **Por uma nova gestão pública**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005.

PAGNAN, C. L. Avaliações externas: o IDEB na visão dos gestores das escolas públicas. **Revista Ensino & Pesquisa**, União da Vitória, v. 14, n. 2, p. 262-281, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.33871/23594381.2016.14.2.929>. Acesso em: 12 out. 2024.

PEREIRA, E. A. dos S. O papel da gestão educacional na implementação das TICs na escola. **Revista Multidisciplinar de Ciências Gerais in Focus**, Cascavel, v. 2, n. 1, p. 159-172, 2024. Disponível em: <https://periodicos.faculdefocus.com.br/revista-multidisciplinar-focus/article/view/22/21>. Acesso em: 12 out. 2024.

PESSONI, L. M. de L. **Internacionalização das políticas educacionais, finalidades educativas escolares e qualidade de ensino**: a reforma educativa no Estado de Goiás. 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2017.

QEDU. **Indicadores educacionais do estado de Goiás: IDEB**. Disponível em: <https://qedu.org.br/uf/52-goias/ideb>. Acesso em: 16 nov. 2024.

ROCHA, E. A. S. **A formação continuada dos diretores escolares da rede estadual de educação em Goiás**. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2015.

SILVA, M. S. P. da; CARVALHO, L. S. Faces do gerencialismo em educação no contexto da nova gestão pública. **Revista Educação em questão**, [online], v. 50, n. 36, p. 211-239, 2014. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S0102-77352014000300211&script=sci_abstract. Acesso em: 27 out. 2024.

SILVA, S. P. da. **O processo de implementação das políticas educacionais e repercussões nas formas de gestão da escola e no processo de ensino-aprendizagem**: o Pacto pela Educação em Goiás. 2014. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2014.

STEPHANOU, M. B, M. H. C. História, memória e história da educação. In: STEPHANOU, M. B. M. H. C. (org.). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 416-429.

VERGER, A.; NORMAND, R. Nueva gestión pública e educacion: elementos teóricos y conceptuales para el estudio de um modelo de reforma educativa global. **Educación e Sociedade**, v. 36, n. 132, p. 599-622, jul./set. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302015152799>. Acesso em: 27 out. 2024.